

A questão da educação pública: sinônimo de educação estatal?

Marco Antônio de Oliveira Gomes*

Procurando ater-me de forma clara ao tema desse trabalho, bem como esclarecer o significado da educação pública, inicio com as seguintes questões: o que se deve entender pelo conceito de “educação pública”? O que é “escola pública”? O que é “escola privada”?

Tornou-se senso comum afirmar que o espaço público indica tudo aquilo que pertencente ao Estado e como privado aquilo pertencente à sociedade civil, ao cidadão comum. Em linhas gerais, a palavra “público” pode ser definida de duas maneiras. De uma lado, “público” como oposição do “privado”, e se faz sinônimo do patrimônio comum, daquilo que não pode ser objeto da apropriação de poucos. Por outro lado, um segundo sentido de “público” é o que assiste a um evento artístico, esportivo ou outro qualquer.

Porém, por conta do objeto de estudo desse trabalho, é o primeiro conceito que nos interessa. Nesta questão Sanfelice nos adverte que uma leitura atenta da história não permite tomar o estatal como algo imediatamente análogo ao público, como de interesse comum. (SANFELICE, 2005, p. 95) Em outras palavras, pode haver uma esfera pública que não pertença ao Estado, por exemplo, uma escola mantida por imigrantes ou por uma associação de trabalhadores, fato presente em nossa história e que abordarei ao longo do presente trabalho.

Com base nessas observações, podemos agora discutir a questão da associação da educação pública com a educação estatal. Nesse sentido, creio que as reflexões de Mészáros podem auxiliar na elucidação da questão.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria História teve que ser totalmente adulterada, e de fato frequentemente e grosseiramente falsificada para esse propósito. (...) (MÉSZÁROS, 2005, p. 35-36)

Nessa perspectiva, fica bastante claro que o Estado constitui-se em um instrumento político nas mãos de uma classe dominante. Assim, surge a questão: o Estado não é o representante do interesse público? A bem da verdade, o “público” não passa de uma abstração que representa concretamente os interesses da burguesia. Assim, a expansão da educação oferecida pelo Estado através das instituições escolares não constitui-se necessariamente na expressão dos interesses populares, ou das classes trabalhadoras. Aliás, esperar do Estado, em uma sociedade marcada pelos antagonismos de classe, uma ação positiva de um mandato que estimule suas instituições escolares a romper com a lógica do capital, seria algo improvável. Não se trata de destruir a escola, mas acreditar e acolher passivamente todas as “soluções” oriundas da burocracia do Estado é aliar-se de fato aos grupos dominantes privilegiados pela

* Doutor em Educação (área de concentração: História e Filosofia da Educação), membro do Histedbr – FE Unicamp, professor de História do Ensino Médio.

inércia do *status quo*. A respeito do tema, Marx em *Crítica ao Programa de Gotha* teceu as seguintes considerações:

O Partido Operário Alemão exige, como base espiritual e moral do Estado:

1. *Educação popular geral e igual* a cargo do Estado. Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita”.

Educação popular igual? Que se entende por isso? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes? O que se exige é que também as classes altas sejam obrigadas pela força a conformar-se com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica, não só do operário assalariado, mas também do camponês?

“Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita”. Instrução gratuita. A primeira já existe, inclusive na Alemanha; a segunda na Suíça e nos Estados Unidos, no que se refere às escolas públicas. O fato é que se em alguns Estados deste último país sejam “gratuitos” também os centros de ensino superior, significa tão somente, na realidade, que ali as classes altas pagam suas despesas de educação às custas do fundo dos impostos gerais. (...)

O parágrafo sobre as escolas deveria exigir, pelo menos, escolas técnicas (teóricas e práticas) combinadas com as escolas públicas.

Isso de “*educação popular a cargo do Estado*” é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado, como se faz nos Estados Unidos, e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! Longe disto, o que deve ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da Igreja. Sobretudo no Império Prussiano-Alemão (e não vale fugir com o baixo subterfúgio de que se fala de um “estado futuro”; já vimos o que é este), onde, pelo contrário, é o Estado quem necessita de receber do povo uma educação muito severa. (MARX, 2004, p. 101-102)

Pelo exposto, pode-se afirmar que o conceito de escola pública não implica necessariamente em escola estatal. As experiências do movimento operário, ao longo da história republicana, no âmbito da educação, confirmam a possibilidade da educação pública não atrelada às orientações do Estado. Nesse sentido, nunca é demais voltar a lembrar que dentro de uma perspectiva marxista, o Estado é uma organização burocrática, isto é, um conjunto de instituições, com suas respectivas ramificações, destinado a representar os interesses das forças hegemônicas através do jogo institucional. Em outras palavras, o Estado e suas instituições não representam em última instância a “sociedade como um todo” e os “interesses nacionais”, mas sim as forças hegemônicas no âmbito da produção material. Vejamos as considerações de Sanfelice sobre o tema:

(...) Até é admissível que a escola estatal seja a forma pela qual se exerce a ação educativa do público, mas não necessariamente para o público. E público, em uma sociedade com antagonismos de classes, escamoteia a existência de vários públicos. Para além do conceito público, oculta-se a associação entre os que controlam o Estado e os que possuem e controlam os meios de produção. (SANFELICE, 2005, p. 91)

Exatamente por isso é que na apreciação da ação do Estado na educação escolar, é imperativo levar em conta a natureza de classe da dominação política e as formas concretas através das quais ela se realiza, ou seja, as lutas travadas no interior da sociedade civil, que determinam a configuração do projeto educativo.

Quando elaborei minha dissertação de mestrado, que versou sobre o debate entre o público e o privado na educação, no período de 1945-1968, percebi em minhas pesquisas que ao longo da História, em diferentes oportunidades o Estado financiou iniciativas privadas em que o

“público” não teve acesso. Ora, a educação patrocinada pelo Estado não é um serviço público? Mas, para qual público? A idéia que pretendo destacar é a de que a educação, em função do balizamento jurídico de nossa sociedade, como serviço público pode ser oferecida tanto pelo Estado como pela iniciativa privada como enfatizou Sanfelice (2005, p. 100)

Ora, não é esse o discurso liberal sobre a educação? Aliás, entre os intelectuais que levantaram a bandeira da educação privada era comum afirmar que detrás da educação Estatal havia o fantasma do totalitarismo. Como já sugeri em minha dissertação de mestrado, os assistentes devotados do capital defenderam, e ainda defendem, o aporte de recursos públicos para a educação privada por considerarem um serviço público e, em nome da “liberdade” de escolha da família, que não pode ser penalizada duas vezes, porque paga as mensalidades das escolas onde coloca seus filhos e paga impostos que sustenta a escola pública. Segundo esse raciocínio, a liberdade de escolha em um mercado “livre” é capaz de suprir todas as demandas. Em outras palavras, o sistema educacional deve se ajustar às demandas de seu público, que pagará o preço determinado pelas leis de mercado.

Dessa forma, o Estado delega aos setores privados um leque de serviços, incluindo além da educação, a saúde, moradia, previdência etc. A concepção de direito limita-se ao poder de compra do indivíduo. Os que não podem comprar o devem conformar-se com a ação do Estado, que se limita a oferecer o suficiente para a manutenção da ordem estabelecida. Acrescente-se a isto, o fortalecimento da idéia que os serviços privados (pago) é de condição superior ao que o Estado pode oferecer. Em outras palavras, no reino das relações de mercado, a educação transforma-se também em mercadoria. Nada de novo, portanto, no reino do capital.

Nesse sentido, é importante observar o condicionamento que a educação escolar sofre em uma sociedade dividida em classes antagônicas. Nunca é demais lembrar que o Estado, em que pese as lutas travadas no interior da sociedade civil, ofertou ao longo da História a educação que auxiliava na manutenção da ordem. Por essa lógica, cabe a pergunta: poderia ter sido diferente? Dessa forma os interesses das classes dominantes tendem a prevalecer sobre os projetos alternativos.

(...) De fato, da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda *ex-officio* e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. O fato da educação formal não poder ter êxito na criação de uma *conformidade universal* não altera o fato de, no seu todo, ela estar orientada para aquele fim. Os professores e alunos que se rebelam contra tal desígnio fazem-no com a munição que adquiriram tanto dos seus companheiros rebeldes, dentro do domínio formal, quanto a partir da área mais ampla da experiência educativa “desde a juventude até a velhice”. (MÉSZÁROS, 2005, p. 55-56)

Com base no exposto, consideramos que a tarefa crucial do trabalho educativo é possibilitar que os trabalhadores compreendam a conjuntura em que vivem, e assumam o papel de sujeitos do processo histórico-social. Isso significa mais concretamente contrapor à educação a serviço da dominação de classe a educação da resistência buscando, dentro de seus limites, promover a luta pela superação da ordem estabelecida. Sendo assim, para além de uma escola centrada na forma e não no conteúdo, é necessário romper com a educação mistificadora, buscando criar condições para que todos tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido.

Porém, esta empreitada não pode se caracterizar por alguma modalidade de paternalismo ou assistencialismo tão ao gosto das elites, pois não questiona a ordem estabelecida, mas pela ação política organizada dos trabalhadores. Contrapondo-se as reformas de cunho

assistencialista, Marx e Engels teceram as seguintes considerações no *Manifesto do partido comunista*:

Uma parte da burguesia deseja remediar os males sociais para assegurar a existência da sociedade burguesa.

A esta parte pertencem economistas, filantropos, humanitários, melhoradores da situação das classes trabalhadoras, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de ligas anti-alcoólicas, reformadores ocasionais dos mais variados. Esse socialismo burguês chegou a ser elaborado em sistemas completos – como exemplo, mencionamos a *Filosofia da miséria*, de Proudhon.

Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigos dela necessariamente decorrentes. Quem a sociedade existente, mas sem os elementos que a revolucionam e dissolvem. Querem a burguesia sem o proletariado. (...) (MARX e ENGELS, 1998, p. 40)

Nesses termos, a educação, na sociedade capitalista, é, segundo Marx e Engels, mais um elemento de manutenção da hierarquia social; ou o que Gramsci denominou como instrumento da hegemonia ideológica burguesa. Atualmente a situação não parece ser muito diferente daquela vivida e descrita por eles. Porém, como sentenciou Mészáros, uma das possibilidades de buscar a superação das dicotomias existentes e da emancipação do ser humano reside na integração entre ensino e trabalho. (2005, p. 65) Nesse sentido, o papel da educação é importante em um projeto alternativo à ordem estabelecida. Vejamos as considerações de Ildeu Moreira Coelho sobre o tema:

Contra uma escola que a rigor nem alfabetiza os filhos dos trabalhadores é preciso criar uma escola que realmente os ensine. Para tanto, os docentes não podem, de forma alguma, abdicar de sua função primeira que é ensinar a todos os alunos, especialmente os que devido a sua situação de classe têm mais dificuldades na aprendizagem. Esta não se dá espontaneamente, como um lazer, mas exige disciplina, esforço, persistência; numa palavra, supõe trabalho. É profundamente ingênua (e perigosa!) essa idéia de que o professor deve facilitar a aprendizagem ao máximo, fazendo dela uma diversão, uma brincadeira (e aqui entra toda a parafernália da tecnologia da educação, dos recursos audiovisuais), na qual o importante é apenas “aprender a aprender”. Ora, ninguém aprende a aprender sem conteúdo, uma matéria-prima a ser transformada pela reflexão, isto é, sem um trabalho que produza a compreensão da realidade. A vulgarização da idéia de que não é o professor que ensina, mas o aluno que aprende, tem conduzido muitos educadores a uma irresponsabilidade, a um populismo ingênuo, encoberto por uma falsa defesa da liberdade e da criatividade do indivíduo e da igualdade entre professores e alunos. (COELHO, 1984, p. 46)

Neste cenário conservador que apresenta-se como “novo”, mas que reedita o passado, torna-se urgente uma ação radicalmente diversa no campo político educacional que denuncie a mistificação no âmbito da educação. Dessa forma, concordamos com Mészáros quando afirma que precisamos imperativamente, de uma atividade de “contra-internalização”, coerente, sustentada e afirmativa, como forma de construção de uma alternativa abrangente ao que presenciamos (2005, p. 56)

Referências:

- BOGO, Ademar (Org.) *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- BUFFA, Éster e NOSELLA, Paolo. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.
- COELHO, Ildeu Moreira. A questão política do trabalho pedagógico. in: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) *O Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FERNANDES, Florestan.(Org.) *K. Marx, F. Engels: história*. São Paulo: Ática, 2003.
- FONTANA, Josep. *A História dos homens*. Bauru: Edusc, 2004.
- FRIGOTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.) *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GENTILI, Pablo. (Org.) *Globalização excludente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. (Org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- GOMES, Marco Antônio de Oliveira. *Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- _____. Hegemonia não muda. In: *Retrato do Brasil*. São Paulo, Editora Política, v. 4, p. 115-116.
- _____. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. (Orgs.) *Marxismo e educação: debates contemporâneos*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- LOMBARDI, José Claudinei. JACOMELI, Mara Regina M. SILVA, Tânia Mara T. (Orgs.) *O Público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas: Autores Associados/Unisal, 2005.
- LOMBARDI, José Claudinei. SAVINAI, Dermeval. SANFELICE, José Luis. (Orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo: 2002.
- LOVISOLO, Hugo. *Educação popular: maioria e conciliação*. Salvador: UFBA/Empresa Gráfica da Bahia, 1990.
- LÖWY, Michael. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- _____. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1994
- _____. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- LOWY, Michael. Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- LOWY, Michael e BENSALID, Daniel. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo, Xamã, 2000.
- MACHADO, Lucília R. de Souza. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

- MARX, K. *O capital*. Col. Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1984.
- MAXIMO, Antonio Carlos. *Os intelectuais e a educação das massas*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- NORONHA, Olinda Maria. *Ideologia, trabalho e educação*. Campinas: Alínea, 2004.
- SANFELICE, José Luis. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.) *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- _____. *A nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VALE, Ana Maria do. *Educação popular na escola pública*. São Paulo: Cortez, 2001.
- WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (Orgs.). *Em defesa da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pos-moderna”? In.: WOOD, Ellen Meiksins e FOSTER, John Bellamy (Orgs.). *Em defesa da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.